

Mulheres da Pequena África: direito à cidade e à moradia a partir da experiência do projeto Athis “Moradia comum”

Geisa Bordenave¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre as dimensões do direito à cidade e à moradia na Zona Portuária do Rio de Janeiro, a partir de pesquisa com mulheres residentes nas ocupações desta região. As reflexões são oriundas de pesquisa qualitativa realizada a partir do projeto ATHIS “Moradia comum”, desenvolvido na Gamboa, e que contou com financiamento do Conselho de Arquitetura do Rio de Janeiro (CAU-RJ). Assim, este artigo propõe, a partir dos resultados desta pesquisa, refletir sobre as lutas travadas por estas mulheres para morar e permanecer na Zona Portuária do Rio de Janeiro, e as possíveis contribuições do projeto ATHIS.

Palavras-chave: direito à cidade; Zona Portuária do Rio de Janeiro; direito à moradia; Projeto ATHIS; ocupações.

BORDENAVE, Geisa. Mulheres da Pequena África: direito à cidade e à moradia a partir da experiência do projeto ATHIS “Moradia comum”. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 425-440, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

¹ Professora Adjunta no Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutora em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), especialista em Sociologia Urbana pela mesma instituição, e graduada em Serviço Social (UFRJ). Realizou pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo (PUC-Rio e USP) e em Serviço Social (PUC-Rio). É integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Social, Vida Cotidiana e Serviço Social – UrbanoSS (UERJ) e do Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS-PUC-Rio).

Women of Little Africa: the right to the city and housing based on the experience of the Athis project “Common housing”

Abstract: This work seeks to reflect on the dimensions of the right to the city and housing in the Port Zone of Rio de Janeiro, with emphasis on the situation of women residing in occupations in this region. The reflections come from post-doctoral research carried out from the ATHIS project “Common housing”, developed in Gamboa, and which was funded by the Rio de Janeiro Architecture Council (CAU-RJ). Therefore, this article proposes, based on the results of this research, to reflect on the struggles waged by these women to live and stay in the Port Zone of Rio de Janeiro, and the possible contributions of the ATHIS project.

Keywords: right to the city; Portuary zone of Rio de Janeiro; right to housing; ATHIS. occupations

Mujeres de la Pequeña África: derecho a la ciudad y a la vivienda a partir de la experiencia del proyecto Athis “Vivienda común”

Resumen: Este trabajo busca reflexionar sobre las dimensiones del derecho a la ciudad y a la vivienda en la Zona Portuaria de Río de Janeiro, con énfasis en la situación de las mujeres residentes en ocupaciones en esta región. Las reflexiones surgen de una investigación posdoctoral realizada a partir del proyecto ATHIS “Vivienda común”, desarrollado en Gamboa, y que fue financiado por el Consejo de Arquitectura de Río de Janeiro (CAU-RJ). Por lo tanto, este artículo se propone, a partir de los resultados de esta investigación, reflexionar sobre las luchas libradas por estas mujeres para vivir y permanecer en la Zona Portuaria de Río de Janeiro, y las posibles contribuciones del proyecto ATHIS.

Palabras clave: derecho a la ciudad; Zona Portuaria de Río de Janeiro; derecho a la vivienda; ATHIS; ocupaciones.

Pensando a cidade a partir das Mulheres da Pequena África

As disputas em torno da produção do espaço urbano no Brasil são de extrema relevância para pensar o contexto das cidades capitalistas, marcadas por uma dinâmica neoliberal que, cada vez mais, aprofunda as desigualdades sociais. As cidades são espaços, por excelência, da luta de classes (MARI-CATO, 2015), e o acirramento das desigualdades sociais, assim como a feminização da pobreza no espaço urbano (BERTH, 2023) evidenciam a necessidade de pensarmos as cidades considerando como centrais as perspectivas de gênero e raça. Assim, o presente artigo busca realizar reflexões considerando o contexto de uma produção capitalista do espaço que incide de forma desigual e desumana, definido formas de viver e ocupar as cidades (ELPIDIO, 2020).

É neste contexto, de um processo “avassalador de racismo socioterritorial, alimentando pela lógica capitalista de produção do espaço” (ELPIDIO, 2020: 130), que há de se considerar como central as estratégias de resistência propostas neste artigo. As mulheres da Pequena África e suas estratégias para morar e permanecer no centro da cidade do Rio de Janeiro aparecem neste artigo a partir das agências femininas em relação à produção social do espaço urbano e às disputas em torno do planejamento urbano.

A região central da cidade do Rio de Janeiro, se mostra como locus privilegiado para, partindo de tal cenário, refletirmos sobre as dimensões do direito à cidade e moradia, buscando compreender de que forma as interlocutoras da pesquisa — as Mulheres da Pequena África — se posicionam e se engajam nas lutas neste contexto. Partimos aqui do pressuposto de que o direito à cidade é, sobretudo, um direito coletivo. Assim como propõe David Harvey (2014) trata-se de compreender tal direito para além do acesso individual ou grupal aos serviços oferecidos no âmbito das cidades. Conforme pontua Agier (2015), a partir da obra de Harvey (2011), a dimensão do direito à cidade se conecta com um apelo pela transformação do urbano, sendo assim, o presente artigo propõe um olhar para a perspectiva de “fazer-cidade dos cidadãos”: “fazer-cidade é o meio para a instauração do “direito à cidade”, aqui e agora” (AGIER, 2015: 483).

A Lei nº 11.888, conhecida como Lei ATHIS, que institui o serviço gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia para habitação de interesse social para populações pobres pode ser compreendida como uma conquista nesta esteira de lutas e pressões no âmbito social e que impacta a dimensão legislativa. A Lei ATHIS, no entanto, ainda é vista como não consolidada, e sua efetiva implementação permanece associada a um intenso processo de pressão e negociações (CARDOSO e LOPES, 2022). Desde 2017, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) determinou que todos os conselhos estaduais (e o do Distrito Federal) devem direcionar 2% de seu orçamento para o apoio de ações de assistência técnica em habitação de interesse social. Tal medida tem colaborado para a ampliação do debate e que as experiências do tipo ocorram pelo país, ainda que até o momento, desconectadas de políticas habitacionais mais amplas (BORDENAVE e GONÇALVES, 2023).

É neste contexto que o presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada junto a um projeto ATHIS desenvolvido na Gamboa². A pesquisa foi realizada partindo do interesse de compreender como tais projetos, que contavam com financiamento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ) estavam sendo desenvolvidos nesta região. Na dinâmica de realização da pesquisa, as interlocutoras – Mulheres da Pequena África – se destacam, oferecendo-nos uma perspectiva de análise que é perpassada pelas dimensões de raça e gênero, considerando que no projeto ATHIS em questão as participantes são mulheres negras moradoras da Zona Portuária da cidade.

Está proposta neste trabalho a seguinte organização: no primeiro tópico são trazidas reflexões e dados sobre a Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete e o projeto Moradia Comum. No segundo tópico a discussão se concentra nas Mulheres da Pequena África (moradoras da região e participantes do projeto em questão), considerações metodológicas e dados de pesquisa, que se constituem como o eixo central da discussão proposta. No terceiro e último tópico são suscitadas reflexões acerca da Zona Portuária e das Mulheres da Pequena África.

Cabe destacar que a pesquisa foi realizada a partir de uma metodologia de observação participante, através da qual a autora acompanhou as reuniões realizadas na Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete durante o ano de 2023, no âmbito da atividade denominada como Mulheres Multiplicadoras (parte do projeto Moradia Comum). Houve também a realização de entrevistas individuais, entre abril e julho de 2024, com as nove mulheres que participaram do projeto.

A Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete e o projeto Moradia Comum

Brasileira, negra, mulher da Pequena África, cozinheira. [...] o que eu posso te falar é que a Lanchonete pra mim é a minha casa. Quando a gente construiu a Lanchonete a gente se sentiu um pouco distante, mas depois de um determinado tempo a gente construiu esse lar aqui como o nosso lar. Onde a gente aprendeu a enfrentar o preconceito. Entrar pra Lanchonete foi um grande desafio na minha vida, entendeu? Porque aqui... Quando eu cheguei aqui eu era uma pessoa que... Era uma pessoa cheia de raiva, eu tinha ira dentro do coração, era uma pessoa completamente podre e estragada. No bom sentido que eu quero te falar... Porque sempre os lugares que a gente conseguiu na vida foi um lugar que o negro não tinha autonomia. Aqui nós temos autonomia e autoridade, entendeu? Apesar de que nós temos no nosso patamar acima de nós mais alguém, mais alguém, até que chega o topo, né? Mas pra chegar nesse lugar pra minha pessoa mesmo a Lanchonete foi a minha escola. (Interlocutora)

Entre os meses de junho de 2023 e julho de 2024 realizei uma pesquisa de campo envolvendo um dos projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) financiados pelo CAU-RJ e em fase de implementação. O projeto eleito para acompanhamento sistemático foi o Moradia Comum, elaborado e implementado pela Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete, localizada no bairro da Gamboa. A Associação atua no território desde o ano de 2016 e “tem como missão fundamental apoiar o desenvolvimento saudável da primeira infância, da adolescência e de mulheres residentes em ocupações da região”³. No galpão onde funciona a Lanchonete há uma cozinha coletiva, e diariamente são oferecidas atividades para as crianças e mulheres da região. O projeto, proposto e implementado pelo GT Moradia – grupo formado por arquitetos –

² A pesquisa contou com bolsa CAPES (PDGP) de pós-doutorado, vinculada ao Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio entre 2023 e 2024.

³ Mais informações em: <https://www.lanchonetelanchonete.com/nosso-rol>. Acesso em 17 de julho de 2024.

consistiu na organização de oficinas de capacitação técnica na área de construção civil para mulheres empobrecidas moradoras da Pequena África, conforme demonstra trecho do projeto apresentado e aprovado pelo CAU-RJ:

O projeto consiste na organização de oficinas de capacitação técnica na área de construção civil para mulheres empobrecidas moradoras da Pequena África, área central da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, é necessário contar com equipe multidisciplinar integrando assistentes sociais, psicólogos, educadores, arquitetos, construtores populares, engenheiros, de forma a, coletivamente, elaborar soluções habitacionais. A partir da análise e questionamento da situação de moradia atual de grande parte das mulheres participantes do projeto, o projeto pretende alcançar soluções alternativas para a construção de unidades habitacionais. (Resumo do projeto Moradia Comum contemplado no edital ATHIS do CAU-RJ 2021)⁴

No que se refere à metodologia, foi privilegiada uma abordagem qualitativa, com realização de pesquisa de campo, que envolveu um processo de observação participante nas reuniões semanais realizadas com as mulheres integrantes do projeto. Assim, a abordagem escolhida tornou possível uma aproximação com as interlocutoras, a participação nas dinâmicas das reuniões e, posteriormente, a realização de entrevistas individuais. As reuniões eram realizadas sempre no período da manhã e nas quartas-feiras, no próprio galpão da Lanchonete. Ao final dos encontros previstos para o ano de 2023, foi realizado um curso prático de construção civil voltado para as mulheres participantes, que, conforme acordado durante as reuniões — também chamadas com frequência de “rodas de conversa” — aconteceu no Quilombo da Gamboa.

A etapa prática do curso teve como objetivo construir um telhado e uma estante para livros no espaço de uso comum do Quilombo da Gamboa. Foram contratados construtores para a capacitação e realização do curso prático durante uma semana do mês de dezembro de 2023. Houve também a participação de profissionais voluntários.



Curtido por sofialemosmarques e outras pessoas
lanchonete.lanchonete Há 3 anos nos reunimos toda quarta feira _ às 10:30h _ com as Mulheres do Território para debater sobre MORADIA

E este ano, com fomento do @caurjoficial, o GT Moradia Lanchonete instituiu o ATELIE ARQUITETURA para as mulheres no período da manhã e a tarde para as crianças da Escola Por Vir!



Curtido por pereira_caroli e outras pessoas
lanchonete.lanchonete CONSTRUÇÃO COLETIVA DA MAQUETE DE UMA MORADIA COLETIVA _ uma atividade do programa MULHERES MULTIPLICADORAS mediada pelo GT MORADIA LANCHONETE _ toda quarta feira _ 10h _ com fomento do @caurjoficial

Imagem 1 e 2 - Publicações sobre os encontros das “Mulheres Multiplicadoras” no Instagram da Associação Cultural Lanchonete-Lanchonete. Fonte: Instagram @Lanchonete.Lanchonete.

⁴Todos os projetos contemplados pelo financiamento CAU/RJ podem ser consultados no site: <https://www.caurj.gov.br/>.

As reuniões das quais participei, entre maio e dezembro de 2023, contavam sempre com aproximadamente nove mulheres, sendo seis delas também com algum tipo de vínculo de trabalho com a Lanchonete, e três ligadas a movimentos populares de luta por moradia e sem vínculo de trabalho com a Lanchonete. Os três arquitetos que compõem o GT Moradia eram os responsáveis pela condução das reuniões, sendo dois homens e uma mulher – além de uma estagiária de Arquitetura que participou de algumas das atividades. Durante as reuniões as questões sobre o território, e suas percepções sobre a cidade e a questão da moradia apareciam de forma frequente. Questões pertinentes às histórias de vida também surgiam eventualmente de forma espontânea: lembranças das questões de moradia que tiveram na infância e experiências anteriores com a construção civil na vivência pessoal também surgiam – afinal, a autoconstrução nas periferias e camadas populares não é exceção, mas sim a regra (KOWARICK, 1979). Os relatos eram permeados de informações acerca das dificuldades para ter uma moradia adequada ao longo da vida, e gerava uma identificação entre as participantes bastante evidente.

A partir da reunião em que foi definido que a etapa prática do curso seria no Quilombo da Gamboa, as reuniões passaram a girar em torno desse planejamento: o que seria construído? Como seria essa construção? Quem seria chamado para auxiliar neste processo? Todas as questões foram levadas pelo GT Moradia e pensadas coletivamente com as mulheres participantes, embora as propostas já chegassem previamente discutidas e formuladas pelos arquitetos.

Mulheres da Pequena África: considerações metodológicas e as entrevistas

Entre os meses de abril e julho de 2024 foram entrevistadas nove mulheres que participaram do projeto e do curso prático. Destas, seis possuíam algum tipo de vínculo de trabalho com a Lanchonete-Lanchonete, e três eram integrantes de movimentos populares de luta por moradia e moradoras de ocupações politicamente organizadas na região – Quilombo da Gamboa e Vito Gianotti, localizada no Santo Cristo – e frequentavam a Lanchonete de forma mais pontual.

As nove entrevistas foram realizadas com base em roteiro semiestruturado elaborado pela autora e apresentado à equipe do GT Moradia previamente. Cabe destacar que as entrevistas cumpriram dupla função: de um lado, relevantes para o processo da pesquisa em desenvolvimento, a fim de conhecer melhor as interlocutoras e suas percepções sobre o projeto, e de outro, para dar conta de demanda da equipe do projeto, que apresentou proposta à pesquisadora sobre a realização de uma avaliação. A perspectiva da equipe era de que, a pesquisa pudesse contribuir para o projeto realizando uma avaliação do que havia sido realizado. Desta forma, o roteiro semiestruturado foi pensado também no sentido de possibilitar que as mulheres envolvidas avaliassem tanto o trabalho da Lanchonete, quanto especificamente o projeto Moradia comum e os encontros das “Mulheres multiplicadoras”. Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento das interlocutoras, e posteriormente transcritas⁵.

⁵ Todas as entrevistas foram realizadas em ambiente que garantia a privacidade. Algumas entrevistas foram realizadas na própria Lanchonete (em sala privada), e outras nos lugares de moradia das interlocutoras (Ocupação Vito Gianotti, no Santo Cristo e Quilombo da Gamboa). Ficou acordado que somente as transcrições seriam compartilhadas com a equipe, e não as gravações, para que fosse possível, caso as entrevistadas desejassem, garantir o anonimato de algumas falas.

O roteiro semiestruturado se organizou, resumidamente da seguinte maneira: o primeiro bloco, contava com perguntas pessoais, como idade, arranjo familiar, escolaridade, local de moradia e ocupação de trabalho; o segundo bloco buscava coletar informações sobre as moradias, buscando mapear as condições atuais (e anteriores) de moradia das mulheres (incluindo acesso à água, saneamento e energia elétrica), e percepções delas sobre questões relativas à moradia e o bairro; e o terceiro bloco se concentrava mais especificamente no objetivo da avaliação, contando com perguntas avaliativas sobre o trabalho da Lanchonete e sobre o curso prático desenvolvido no Quilombo da Gamboa. A tabela abaixo traz o resumo de algumas informações coletadas nas entrevistas:

Tabela 1 – Dados básicos das entrevistadas

	IDADE	ESCOLARIDADE	RAÇA/ ETNIA AUTODECLARADA	RESIDÊNCIA	FILHOS	COM QUEM MORA	OCUPAÇÃO/ SITUAÇÃO DE TRABALHO
Interlocutora 1	42	Fundamental incompleto	Preta	Ocupação na rua do Livramento	4 filhos (Dois adultos e dois adolescentes)	Companheiro	Zeladora – Lanchonete
Interlocutora 2	47	Fundamental incompleto	Negra	Ocupação Habibs	3 filhos (uma de 15 anos e dois adultos).	Filha de 15 anos e neta de 1 ano.	Cozinha - Lanchonete
Interlocutora 3	60	Fundamental incompleto	Negra	Ocupação na rua da Gamboa	2 filhos adultos	2 filhos e 1 neta	Educadora - Lanchonete
Interlocutora 4	51	Fundamental incompleto	Negra	Ocupação na rua do Livramento	Seis filhos (Idades: 30, 21, 19, 16, 14, 11).	Seis filhos (Idades: 30, 21, 19, 16, 14, 11).	Erva dos saberes - Lanchonete
Interlocutora 5	32	Ensino médio incompleto	Negra	Ocupação na rua do Livramento	Dois filhos (7 e 8 anos).	Dois filhos (7 e 8 anos).	Lanchonete
Interlocutora 6	66	Ensino médio completo (recente)	Negra	Aluguel na Gamboa, rua Leôncio Albuquerque	Não possui.	Sozinha.	Cozinha - Lanchonete
Interlocutora 7	52	Superior. Possui doutorado em Serviço Social	Afro-indígena	Ocupação Quilombo da Gamboa	Companheiro e 2 filhos (26 e 18).	Companheiro e 2 filhos.	Desempregada
Interlocutora 8	25	Ensino médio completo	Preta	Ocupação Quilombo da Gamboa	Não possui.	Sozinha	Comunicadora social – projeto da FASE
Interlocutora 9	49	Ensino médio completo	Preta	Ocupação Vito Gianotti	Não possui.	Sozinha	Ambulante/artesã

As interlocutoras têm entre 25 e 66 anos de idade; oito se declararam negras/pretas e uma afro-indígena. No que se refere à escolaridade, quatro informaram ter ensino fundamental incompleto, uma declarou ter ensino médio incompleto e três ensino médio completo; uma interlocutora possui graduação em Serviço Social e doutorado na mesma área. As situações de trabalho/ocupação declaradas possuem sempre algum grau de instabilidade: seis informaram trabalhar na Lanchonete em alguns dias da semana, mas ter outros “bicos por fora”, uma informou trabalhar como ambulante, uma declarou que atua junto a uma organização não governamental em um projeto específico (contrato temporário) e uma declarou estar desempregada.

Apenas uma das interlocutoras declarou residir em uma casa alugada na Gamboa. Todas as outras mulheres informaram residir em ocupações — sete delas na Gamboa e uma no Santo Cristo. Apesar de serem todas ocupações as condições de moradia variam: enquanto as ocupações organizadas por movimentos populares de luta por moradia de forma mais consolidada, como é o caso do Quilombo da Gamboa e da Vito Gianotti, relatam condições mais estáveis no que se refere à fornecimento de água e energia elétrica, as demais ocupações possuem condições piores no que se refere a estes serviços. Estas duas ocupações que menciono como tendo uma organização mais consolidada são aquelas onde o sentido político da luta por moradia fica mais evidente.

As falas destas interlocutoras aparecem carregadas de sentidos políticos, que por vezes, não aparecem nas falas das interlocutoras de ocupações mais precárias e sem organização de movimento social. Não se trata aqui de uma hierarquização, ou mesmo de definição de como as lutas se dão, pois apesar das distinções apontadas, parto da compreensão de que todas as ocupações mencionadas, possuem papel político, de questionamento da ordem e envolvem importantes agenciamentos das mulheres que ali habitam.

As condições gerais da habitação aparecem como questões em grande parte das ocupações nas quais residem as interlocutoras, atrelada à insegurança de realizar melhorias em suas moradias e depois sofrerem despejo:

A mais esculachadinha lá é a minha, porque é com telha. Chove mais dentro do que fora... Mas tá bom, dá pra proteger do sol e do sereno. Eu sempre falo isso, o telhado. É um desastre. Quando chove... Eu já perdi muita coisa. Ah, o chão da minha cozinha... Não tem chão. Eu queria botar... Cerâmica não... É que eu não sei fazer... Eu já pensei em fazer, pegar o cimento e jogar aquele negócio lisinho, que aí dá pelo menos pra minha neta andar. Dá pra passar um pano. E eles falam “cara, você é tão limpa”. Tomara que Deus abençoe e antes de eu morrer eu... Bote pelo menos um piso lá. [voz embargada de choro]. É que eu não tenho condição mesmo. Se eu tivesse eu já tinha me mudado. (Interlocutora)

Eu parei até com a minha obra na minha casa. Meu quarto tá sem piso. Meu quarto tá sem embolsar uma parte. O meu banheiro não tá do jeito que eu quero. Eu tenho medo de a gente gastar dinheiro e depois chegar e tirar a gente com uma mão na frente e outra atrás. Meu medo só é esse, porque a gente gosta de ficar aqui. Quem quer ir pra longe? Eu não quero ir pra longe. Nossa vida é no centro da cidade. (Interlocutora)

No trecho acima uma das questões que mais aparece nas entrevistas fica explícita: a importância que as mulheres entrevistadas depositam em “morar no centro”. Aqui se observa de forma empírica a questão da reivindicação por moradia nas regiões centrais de metrópoles do Brasil. Tal reivindicação traz duas perspectivas centrais: primeiro, passa pelas demandas postas pela realidade concreta destas pessoas. Durante as entrevistas se percebe que muitas mulheres que habitam a região central já residiram em regiões distantes do centro — algumas em

regiões da Baixada e/ou Zona Oeste — e consideram a região central mais favorável para morar por alguns motivos. Elas destacam a maior possibilidade de conseguir trabalhar no centro — muitas trabalham como ambulantes e realizam “bicos”⁶ variados — além de maior facilidade de acessar serviços no âmbito de políticas públicas, tais como Saúde e Assistência Social.

A possibilidade de residir em ocupações de imóveis ociosos, apesar das condições precárias, como é o caso da maioria das entrevistadas nesta pesquisa, traz também a vantagem de não precisar arcar com os custos de um aluguel — inacessível para muitas destas mulheres. Morar nestas ocupações, muitas vezes de forma precária, é a alternativa encontrada para acessar minimamente o “direito à cidade” (LEFEBVRE, [1968] 2008), que garantiria o acesso a serviços e infraestrutura necessária para a vida dos sujeitos na cidade (PATERNIANI, 2013; LIMA e ARAÚJO, 2012; HARVEY, 2008).

A noção de provisoriedade⁷ perpassa sempre, em alguma medida, as moradias em ocupações: seja pelo medo de despejo — durante a realização das entrevistas, uma das mulheres havia recebido em sua ocupação o aviso de uma reintegração de posse iminente — seja pelo horizonte de mudança intencional. A ocupação é encarada pelas interlocutoras como uma solução transitória, sempre havendo o horizonte de mudança para uma situação mais confortável. No caso do Quilombo da Gamboa, por exemplo, que é um projeto organizado contemplado recentemente pelo programa Minha Casa Minha Vida Entidades (assim como é o caso da Vito Gianotti), a maior parte dos moradores atualmente reside em uma casa de madeira provisória. Uma interlocutora que reside no Quilombo relata:

Essas casas elas foram feitas no final de 2019, e elas tem uma validade útil de 5 anos. Ou seja, esse ano já estoura a validade útil dela. Então a gente já pode ver várias avarias, várias coisas, entendeu? Que vai deteriorando com o tempo... Até por ser madeira, não ser uma madeira tratada como foi ali no projeto. [...] A gente vê que o assoalho já não está a mesma coisa, por causa de questão de pegar chuva e tal. Foi projetado assim muito rápido, e aquele negócio de ser projetado muito rápido, não foi pensando assim de forma que batesse chuva... Pensasse uma telha que batesse chuva e não molhasse o assoalho em baixo, as janelas. Então assim, a telha de zinco esquenta muito... Por ser de madeira, esquenta muito também. Então é uma coisa assim, que dentro da casa quando tá verão mesmo, chega a ficar uns 39, 40 graus dentro da casa. Então é incômodo, muito incômodo.

A Lanchonete aparece nos relatos/avaliações das interlocutoras como uma rede de apoio importante. Seis das entrevistadas, como mencionado, possuem relação de trabalho com a Lanchonete, sendo a única ou principal fonte de renda. As atuações são variadas, sendo as principais: educadora, zeladora e cozinheira. Destas seis mulheres, cinco possuem filhos, e identificam a Lanchonete também como rede de apoio para suas famílias. Além de avaliarem positivamente a atuação da Lanchonete, a atividade das “Mulheres Multiplicadoras” e do curso prático são relatadas com entusiasmo:

Ah, não tem nem como falar... É muita coisa que nós tem que falar... Mora dentro do meu coração, porque ela dá apoio pra gente de verdade. Ainda mais a gente que fomos mulheres multiplicadoras. Isso foi da nossa, vamos dizer, era oito mulheres, e as oito mulheres bolou esse nome: mulheres multiplicadoras. (Interlocutora)

Ah, foi maravilhoso. Aprendemos a fazer buraco. Eu não sabia fazer fundação, eu não sabia. Aprendemos a fazer uma parede linda, que tá lá, que é a biblioteca, pra

⁶ “Bico” é a categoria utilizada para designar trabalhos remunerados informais realizados de forma pontual, os mais frequentes são de limpeza e vendedora de produtos diversos no espaço público (ambulante).

⁷ Utilizo aqui a categoria provisoriedade para pensar as falas das interlocutoras, não sendo, no entanto, este termo utilizado por elas.

poder botar os livros. A ferragem também foi linda, a montagem da ferragem eu também peguei. (Interlocutora)

O trabalho realizado pela Lanchonete junto às crianças aparece de forma frequente nos relatos — além de ser a principal linha de atuação da organização, também adquire relevância junto às interlocutoras, considerando que a maior parte delas, conforme mencionado possuem filhos e são as principais responsáveis pelo cuidado deles (algumas também se responsabilizam pelo cuidado de netos). Na fala a seguir uma das interlocutoras, que no dia da realização da entrevista havia recebido uma ordem de despejo na ocupação em que reside, menciona “morador de rua” em alusão ao argumento da Justiça para a ação de despejo: segundo ela, a Defensoria teria informado que um dos argumentos para o despejo seria o fato de que os moradores daquela ocupação seriam “moradores de rua que invadiram”.

Essa Lanchonete aqui é uma mãe pras crianças. Eu sempre bato isso na tecla. Nós lidamos com crianças aqui dentro, criança que o Estado não quer ver. Criança do Habibs o Estado não quer ver, porque é filho de morador de rua, como eles abrem a boca e fala. Se é morador de rua pra que que querem ver? O Estado vai querer ver isso aí? Não, né? Criança da Elma, a maioria que tem aqui são da Elma. É uma ocupação, que graças a essa Lanchonete, que colocou essas mãos aqui dentro (...) Tantas e tantas mulheres que tem aqui dentro, que não tinha a oportunidade, como eu também não tinha. Nós hoje sabe onde é o caminho da Prefeitura, nós sabe o caminho de nós ir na Receita Federal, nós sabe o caminho de ir para o Fórum, na Câmara dos Vereadores. Nós agradecemos disso daqui e aprender palavras pra cobrar o que é nosso na hora certa. (Interlocutora)



Imagem 3 — Curso prático de capacitação do grupo de Mulheres Multiplicadoras. Dezembro de 2023. Foto: Gorete, moradora do Quilombo da Gamboa e militante da CMP.

Cabe destacar que o lugar que a Lanchonete parece ocupar na vida das interlocutoras que possuem relação próxima com a organização é de um apoio importante, que, portanto, colabora para produzir modos de resistência (FOUCAULT,

1985: 82). Tais modos se constituem por diversos arranjos, agenciamentos cotidianos e vínculos diversos estabelecidos com diferentes agentes, instituições estatais e não-estatais (como é o caso da Lanchonete).

Zona Portuária do Rio de Janeiro e as Mulheres da Pequena África

O próprio censo aponta que a região portuária está carente das políticas públicas básicas como educação, saúde, geração de trabalho e renda, lazer e cultura... Então pra mim, inclusive como pesquisadora e ativista principalmente, eu vejo que essa própria lógica do Estado atuar na cidade... É, de fato, é... Como eu posso dizer? Atua de costas pra própria população que mora aqui. Privilegia as grandes construtoras, enfim... A própria operação consorciada que começou aqui em 2009 pela Prefeitura, nada fez no que diz respeito a atender a habitação, a população que mora, por exemplo, nas ocupações. Então não fez nada de moradia popular aqui. (Interlocutora)

A Zona Portuária é, desde o início do processo de urbanização, marcada por uma perspectiva higienista, ou seja, por remoções e tentativas de impedir as populações pobres e majoritariamente negras, de morar e permanecer nesta região (VAZ, 1994). A região é formada por um conjunto de bairros — Caju, Gamboa, Saúde, Santo Cristo — que, por conta de sua conexão com o comércio de escravos no período colonial, é hoje reconhecida como uma região que remete a um Circuito de Herança Africana na cidade.

O projeto de revitalização Porto Maravilha envolveu três bairros da região, não abrangendo a área do Caju. Assim, trata-se de uma região que funcionou como a principal entrada de negros escravizados, e tem sido desde a década de 1980 apontada como uma região culturalmente ligada à herança africana, sob uma perspectiva da patrimonialização (GUIMARÃES, 2011). Trata-se de uma região também historicamente associada às resistências populares: foi onde existiu o maior cortiço da história, o Cabeça de Porco, que acolheu cerca de 4 mil pessoas e foi destruído no contexto das reformas urbanas e higienistas que marcaram o século XIX no Rio de Janeiro (CHALHOUN, 2006; LOPES, 2000).

Desde o projeto do Porto Maravilha — uma grande parceria público-privada iniciada no ano de 2009, visando grandes obras e transformações urbanas voltadas principalmente para a dimensão turística (MONTEIRO, 2023) — que pretendia realizar uma “revitalização” desta região da cidade, a região permanece sofrendo profundas transformações (SOUTY, 2013). No contexto dos megaeventos realizados na cidade — Olimpíadas e Copa do Mundo — tais conflitos/disputas e processos de expulsão se acentuaram (FAULHABER e AZEVEDO, 2015), e tem tido desdobramentos e aprofundamentos até o presente momento.

A fala inicial deste tópico, de uma das interlocutoras da pesquisa, e moradora do Quilombo da Gamboa, nos traz este olhar: a perspectiva de que a Zona Portuária permanece como uma região da cidade que é marcada pela precariedade de serviços e políticas públicas, mas sobretudo por uma gigantesca contradição. Há em curso um intenso processo de mercantilização da cidade, e a iminência da inauguração de empreendimentos imobiliários de grandes proporções voltados para as classes médias, que vem reforçando a lógica de uma divisão racial do espaço urbano (BERTH, 2023). A tensão com relação à inauguração destes empreendimentos imobiliários apareceu com frequência durante a pesquisa a partir das falas das interlocutoras. Há, portanto, uma leitura bastante lúcida da realidade política trazida pelas interlocutoras, que enxergam com severas críticas e desconfianças o privilegiamento dos interesses de empreiteiras e classes médias, em detrimento das necessidades das classes populares que ali habitam.

As contradições que podem ser percebidas nesta região da cidade não são elementos novos na realidade social. As ocupações urbanas são parte importante do cenário que constitui a Zona Portuária, assim outras localidades da região central da cidade do Rio de Janeiro. Conforme destaca Fernandes (2018) entre 2004 e 2008 surgiram algumas ocupações autogestionárias na Zona Portuária da cidade, foram elas: Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Flor do Asfalto, Quilombo das Guerreiras, e Machado de Assis. Cada uma com suas particularidades e trajetórias distintas, mas todas criadas em um contexto político que parecia favorável aos movimentos populares de luta por moradia, afinal, atravessávamos o primeiro mandato presidencial de Luís Inácio da Silva “e uma de suas promessas de campanha era que em seu governo prédios públicos em desuso seriam transformados em moradia popular” (FERNANDES, 2018: 220).

Considerações finais

Os projetos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS) financiados pelo CAU-RJ, conforme discutido ao longo deste trabalho, se apresentam de forma pontual, o que compromete seu alcance e resultados. Além disso, a perspectiva extremamente restrita no que diz respeito à compreensão da multidisciplinaridade necessária em projetos desta natureza faz com que as críticas sejam necessárias: é preciso avançar tanto no que se refere à perspectiva legal — buscando a atualização da Lei de ATHIS — mas também na compreensão do trabalho social como componente, caso estejamos apontando para uma perspectiva de ATHIS mais conectada com as políticas públicas.

Torna-se necessário pensar as iniciativas de ATHIS para além de uma perspectiva meramente técnica e de prestação de serviços, apontando para o avanço de uma noção multidisciplinar, com destaque para o trabalho social — que a rigor, não pode ser desenvolvido por profissionais de Arquitetura. Apesar destas considerações, é relevante mencionar que o referido projeto, ainda que com poucos recursos e equipe restrita, fomenta a atuação de uma organização que já possui antiga e importante conexão com o território da Gamboa. Este é um elemento que pode ser percebido nos projetos contemplados nos últimos editais do CAU-RJ: há uma tendência de contemplar com o financiamento projetos propostos por organizações que já possuem reconhecida atuação no território, colaborando em alguma medida para o fortalecimento comunitário. Assim, é possível constatar efeitos positivos no que se refere à implementação do projeto, ainda que com as ressalvas apresentadas.

As mulheres da Pequena África, que se constituem como eixo central da presente pesquisa, se destacam como sujeitos políticos neste campo. Moradoras de ocupações na região da Zona Portuária e participantes ativas de um processo permanente de construção da cidade — pensando em uma perspectiva de direito à cidade e à moradia e sua perspectiva coletiva — se revelam como as que resistem e constroem a cidade em sua vida cotidiana. Não se trata de destacá-las enquanto sujeitos políticos sob uma perspectiva romantizada, mas sim de perceber suas vi-rações e resistências como essenciais para que permaneçam habitando uma região da cidade que se encontra no centro de uma série de disputas políticas e de mercado.

Embora os projetos ATHIS possam ser compreendidos a partir de suas insuficiências, cabe destacar que o Moradia Comum parece contribuir para a organização e formação políticas das interlocutoras desta pesquisa. Muitas percebem a inserção no projeto como uma porta de entrada para uma perspectiva mais crítica

e combativa politicamente, outras, que já possuíam uma trajetória política na luta por moradia, percebem como oportunidade de aprofundamento e parceria com outras mulheres da região.

Recebido em 20 de setembro de 2024.

Aprovado em 15 de dezembro de 2024.

Referências

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, 21 (3), 2015.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BORDENAVE, Geisa; GONÇALVES, Rafael Soares. Regularização fundiária e co-produção da cidade: o projeto ATHIS na Chácara do Catumbi (RJ). *Revista de Políticas Públicas*, 2023.

BORDENAVE, Geisa. Dimensão pedagógica e ético-política do trabalho social em um projeto ATHIS. *Revista Katálisis*, 26 (3): 487-94, 2023.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

BRASIL. *Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 11 de julho de 2001.

BRASIL. *Lei 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008*. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 dez. 2008.

CARDOSO, Fernanda Simon; LOPES, João Marcos de Almeida. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social: do discurso à construção da prática profissional. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 24, 2022.

CARDOSO, Fernanda Simon; SANTO AMORE, Caio. Assessoria e Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social no Brasil. In: *XV Colóquio Internacional de Geocrítica—Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista*, Universidade de Barcelona, 2018.

CARVALHO, Patryck. Regularização fundiária, projetos de urbanização e redução das precariedades. In: UEMURA, Margareth Matiko; NISIDA, Vitor Coelho; CAVALCANTE, Lara Aguiar (orgs.). *ATHIS para o direito à moradia*. São Paulo: Instituto Pólis, 2021.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELPIDIO, Maria Helena. Do quilombo às favelas: faces do racismo territorial na produção das cidades. In: FARAGE, Eblin; HELFREICH, Francine (orgs.). *Serviço Social, favelas e educação popular: diálogos necessários em tempos de crise do capital*. Belo Horizonte: Navegando publicações, 2020a.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO Lena. *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERNANDES, Adriana dos Santos. Imagens da precariedade, governo dos pobres e implicações etnográficas. *Sociedade e Cultura*, 21 (2): 219-40, 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I. A vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GRAZIA, Grazia de; RODRIGUES, Evaniza. Uma alternativa para a gestão urbana: o Ministério das Cidades e seus desafios. *Revista Rio de Janeiro*, 9: 11-21, 2003.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. A utopia da pequena África: os espaços do patrimônio na Zona Portuária carioca. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), UFRJ, 2011.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *Le capitalisme contre le droit à la ville. Néolibéralisme, urbanisation, résistances*. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LANCHONETE – Lanchonete. Rio de Janeiro. Instagram: @Lanchonete, 2025.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, [1968], 2008.

LIMA, Lucas Marinho; ARAÚJO, Mayara. *Notas sobre o direito à moradia digna*, 2010.

LOPES, Myrian. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

LORETO, Leslie. *Assessoria e Assistência técnica no Rio de Janeiro: reflexão crítica sobre a práxis*. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2023.

MARICATO, Erminia. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, 25, 2023.

PATERNIANI, Stella Zagatto. Movimento é movimento, governo é governo? a luta por moradia e a política habitacional em São Paulo. In: *Colóquio Internacional de Doutorandos/As do CES*, 4: 6-7 dez. 2013, Coimbra, 2013.

RAICHELIS, Raquel. Prefácio. In: PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M. R. de G. (orgs.). *Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. *Revista Memória em Rede*, 3 (9), 2013.

VAZ, Lilian Fessler. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, 29 (127), 1994.

ACENO

REVISTA DE ANTROPOLOGIA DO CENTRO-OESTE
ISSN: 2358-5587

CHAMADA DE ARTIGOS PRÓXIMOS DOSSIÊS TEMÁTICOS

Volume 12, Número 30 (setembro-dezembro de 2025)

Enfoques Contemporâneos sobre os Estudos do Cuidado

Dr. Fabio de Medina da Silva Gomes (Unemat)

Dra. Ludmila Rodrigues Antunes (UFF)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE AGOSTO DE 2025

Volume 13, Número 31 (janeiro-abril de 2026)

Epistemologias étnica e racialmente diferenciadas: diálogos possíveis

Dra. Jane Felipe Beltrão (UFPA)

Dra. Talytta Suenny Araújo (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Dr. Rhuan Carlos dos Santos Lopes (UFC e UNILAB)

Dr. Almiros Martins Machado (PPGA)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2025

Volume 13, Número 32 (maio-agosto de 2026)

Masculinidades, curso de vida e cuidado

Dr. Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Dr. Marcos Nascimento (IFF/Fiocruz/RJ)

Dr. Camilo Braz (UFG)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE MARÇO DE 2026

Volume 13, Número 33 (setembro-dezembro de 2026)

Etnografia, escrita de si e escrita entre os seus: experimentações, desafios e potencialidades

Dr. Leandro de Oliveira (UFMG)

Dr. Felipe Tuxá Sotto Maior Cruz (UFBA)

SUBMISSÕES ATÉ 30 DE JULHO DE 2026

Esperamos também artigos livres, em fluxo contínuo.

As submissões devem ser feitas no site:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/>

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - Universidade Federal de Mato Grosso